



DIREITO CONSTITUCIONAL

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO REPESCAGEM - DIREITO CONSTITUCIONAL

Olá, alunos do **Estratégia OAB!**

Sejam bem-vindos ao nosso *Simulado Online da Repescagem* para a **2ª fase do 45º Exame de Ordem**. Esta rodada de temas **não terá uma correção individualizada**, conforme nosso cronograma de aulas.

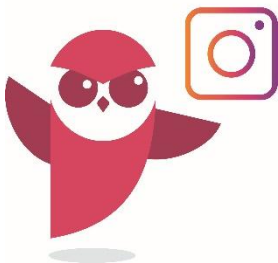
Teremos uma correção online que acontecerá no sábado (dia 20.07.25), ao vivo às 14h, direto do canal do youtube do Estratégia OAB. Caso você não possa assistir, fique tranquilo. Nos dias seguintes à transmissão do evento, nossa equipe irá realizar a edição e o vídeo ficará vinculado à aula correspondente.

Orientações importantes:

1. O simulado acontecerá nos moldes do edital 45º Exame de Ordem. A peça processual equivalerá a 5,0 (cinco) pontos. O aluno deverá desenvolver um texto em forma de peça processual jurídica com, no máximo, 150 linhas. Para as respostas das questões discursivas, a extensão máxima do texto será de 30 (trinta) linhas para cada.
2. Procure realizar o simulado nas condições reais do dia da prova. (tempo, ambiente, material de consulta...lanche...enfim...rs)

Um ótimo simulado a todos. ;)

INSTAGRAM



diegocerqueira@estrategiaconcursos.com.br



<https://www.facebook.com/profdiegocerqueira/>



@profdiegocerqueira

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O governador do Estado Gama pretende retirar monumentos históricos de praça pública para realização de projeto arquitetônico, implicando dano ao patrimônio histórico e cultural e ofensa ao sentimento da sociedade, já que são obras históricas que estão há muito tempo naquele local.

Utilizando a Lei nº 123 do Estado Gama, que exclui as entidades de direito privado da Administração Pública do dever de licitar, o Governador realiza a contratação direta da empresa "Obras & Obras" para a realização do projeto.

O caso vem a público após a revelação de que a empresa contratada pertence em verdade ao pai do Governador, e que jamais foram prestados os serviços arquitetônicos supostamente contratados. Além disso, o valor pago pelo projeto foi muito acima do usual no mercado.

Indignada com a descoberta, Júlia, cidadã brasileira, em pleno gozo dos seus direitos políticos, procura você na qualidade de advogado para ajuizar uma medida judicial cabível. Considerando a hipótese acima, formule a peça adequada. (Valor: 5,00)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

O Prefeito do Município Beta, situado no estado X, concorrerá à reeleição. Para se autopromover, o Prefeito começou a realizar várias obras públicas para melhorar a estrutura do Municípios (praças, pontes, avenidas) e dobrou as receitas destinadas às propagandas publicitárias. Para realizar essa autopromoção, o Município deixou de aplicar o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. Ao mesmo tempo noticiou que no exercício financeiro seguinte ocorreria corte ainda maior nas verbas destinadas à educação e saúde. Com base no sistema jurídico-constitucional vigente, responda de forma fundamentada os itens a seguir:

- a) É correto afirmar que seria possível uma intervenção federal no caso apresentado?
- b) Há necessidade de algum controle político?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Rosinha, Presidente da República, fez sua campanha com a promessa de racionalizar a máquina administrativa. A fim de cumprir a promessa, editou, dois decretos:

- I) atribuiu a um Ministério, já existente, uma nova função, sem previsão de aumento de despesa;
- II) criou mais um Ministério, para coordenar a atuação dos demais.

Com base no ordenamento jurídico vigente, responda os itens a seguir.

- a) É constitucional o decreto que atribuiu a um Ministério, já existente, uma nova função, sem previsão de aumento de despesa?
- b) É constitucional o decreto que criou mais um Ministério, para coordenar a atuação dos demais?

1	
2	



3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Silvinho, Presidente da República, durante uma entrevista coletiva oficial de prestação de contas do executivo federal, agrediu um jornalista que fez uma pergunta relativa à ocorrência de desvio de recursos em obras públicas federais. O jornalista afirmava que o desvio foi realizado pelo Ministro do Meio Ambiente, filiado ao mesmo partido político do Presidente. Após o ocorrido, repórter ainda publicou uma reportagem afirmando que o Presidente deveria ser punido, porém, devido ao seu cargo não haverá a punição.

- a) O jornalista está correto em afirmar que o Presidente não vai ser responsabilizado devido ao seu cargo?
- b) Qual é o impacto do ponto de vista processual no exame da questão?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

O Município Z aprovou a Lei nº 000. Tal lei proibiu o transporte remunerado de passageiros por meio do uso de aplicativos. A justificativa foi que a Lei Orgânica local condiciona o exercício desse tipo de atividade à prévia autorização da entidade federativa, que no respectivo ato avalia a capacidade do agente econômico garantir a segurança dos usuários. Para apurar a compatibilidade do diploma legal com a Constituição Federal, o Procurador Geral da República (PGR) decidiu ajuizar uma medida judicial objetiva. Responda de forma fundamentada os itens a seguir:

- a) A Lei nº 000 é constitucional?
- b) No caso apresentado, o Procurador Geral da República poderia ajuizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

